

ação na mídia

Análise da cobertura de educação



Edição nº 23 - 23 de novembro de 2007

veja as
edições
anteriores

Avanços e limites da cobertura sobre faltas de professores e Prova Brasil

Como acontece em todo final de ano, os jornais dedicam muito de seu espaço sobre educação para os exames vestibulares. Na primeira quinzena de novembro, foram muitas as matérias sobre as inscrições e provas de ingresso no ensino superior, mas também sobre os resultados do Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) e as mudanças no programa de financiamento do ensino superior privado pelo Ministério da Educação.

No que se refere às questões da educação básica, o tema do excesso de falta dos professores esteve presente nos jornais *O Popular* (GO), no dia 5 de novembro, e *Folha de S. Paulo*, no dia 11 de novembro. O jornal goiano, ao contrário do paulista, não usa dados oficiais sobre faltas e licenças de docentes. Em São Paulo, na rede estadual, o índice de faltas diário seria de 12,8%.

Os dois textos, entretanto, informam os benefícios que a legislação garante aos professores paulistas e goianos com relação a licenças. Em São Paulo, “os docentes contam com 19 dispositivos legais que lhes permitem se ausentar sem desconto no salário, entre os quais licença médica, licença-prêmio (por assiduidade) e falta abonada por ‘motivo relevante’”. Em Goiás, “o professor da rede pública pode se afastar do quadro negro por períodos de até três anos seguidos” graças à licença-prêmio, licença não remunerada, licença-qualificação e afastamentos de outros tipos.

Nos dois casos, a comparação com a rede particular é presente. Já a reação dos governantes com relação ao tema é diferente. Enquanto em Goiânia, a Secretaria Estadual de Educação avalia que “pedagogicamente não há perdas”, pois as substituições dão dinamismo às aulas; em São Paulo, os gestores demonstram, por meio de uma nota, “preocupação” com o excesso de faltas (argumento com o qual o jornal concorda em editorial no dia seguinte).

A interpelação aos gestores, no entanto, não avança sobre suas responsabilidades na situação. Não há informações sobre a existência de pesquisa, investigação ou levantamento oficial sobre as razões do excesso de faltas dos docentes. Também não houve registro sobre medidas destinadas a superar a situação. Pode-se concluir que a ausência de diagnóstico preciso ocasiona a falta de intervenção pública; em todo caso, o papel do Estado deveria ter sido um foco das reportagens, para além das manifestações de preocupação.

Explicar o excesso de faltas pela existência da legislação não convence. Embora as reportagens não tenham informado, a legislação que dispõe sobre o número de faltas não é exclusiva aos docentes, mas diz respeito ao funcionalismo público em geral. Caberia investigar também como ocorrem e quais as conseqüências das ausências de médicos, enfermeiros, funcionários do setor administrativo dos mais

diferentes órgãos públicos. Perceber as semelhanças ou diferenças da assiduidade dessas categorias ao trabalho ajudaria a interpretar a situação específica do magistério.

A reportagem do jornal paulista dá espaço a um maior número de atores (como sindicatos, especialistas, alunos e Ministério Público), mas ambas deixam de ouvir os professores. As matérias também poderiam ter mostrado com mais detalhes como o cotidiano da escola é afetado por essas faltas e licenças, e que mecanismos as unidades escolares utilizam para se reorganizarem quando um professor falta.

Outros jornais também destacaram no período questões relacionadas ao trabalho do professor. No primeiro dia do mês, o capixaba *A Gazeta* destaca o resultado de uma pesquisa encomendada pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) que aponta que 80% dos professores do país se sentem desvalorizados pela sociedade. De maneira semelhante, o *Jornal da Tarde* destacou no dia 6 de novembro, que, segundo estudo do Grupo Ibope, feito a pedido da Fundação Victor Civita, 79% dos professores brasileiros que trabalham em escolas públicas estão insatisfeitos com a profissão.

Já o *Correio Braziliense*, entre 10 e 13 de novembro, abordou levantamento feito pelo Tribunal de Contas do DF que demonstra que 910 professores não cumprem contrato de exclusividade assinado com a rede pública e possuem outros empregos.

Prova Brasil

Outro tema de bastante destaque no período foi a realização da Prova Brasil para alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental de todo o Brasil. Poucos jornais foram além de noticiá-la, basicamente reproduziram informações gerais sobre a prova. O *Jornal da Tarde* foi uma exceção e publicou em 14 de novembro a opinião de um professor da rede municipal de São Paulo com críticas à realização da Prova Brasil e da Prova São Paulo no mesmo mês e seus possíveis efeitos no desenvolvimento das crianças. Já o *Jornal da Paraíba* publicou um editorial, no dia 6 de novembro, com elogios à aplicação de exames nacionais e apontando a necessidade de “agir a fim de que a escola pública, sobretudo ela, sirva, de fato, ao plano de redenção nacional”.

Faltaram referências mais aprofundadas à vinculação da Prova Brasil ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Diante da falta de informações e compreensão abrangentes sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), esta seria uma boa oportunidade para recolocar o tema na agenda pública.

além da pauta

É extremamente reduzido o número de pesquisadores dedicados ao estudo do tema das faltas de professores nas redes públicas de ensino. No ano passado, uma dissertação de Mestrado na PUC-SP tratou dessa questão. Silmar L. Santos (professorasilmar@ig.com.br) apresentou o trabalho *As faltas de professores e a organização de escolas na rede municipal de São Paulo*, disponível na [Biblioteca Virtual](#) da Universidade.

Boletim quinzenal produzido pelo Observatório da Educação
 Contato: fone (11) 3151-2333, ramais 175 e 170
 Equipe: [Mariângela Graciano](#) (coordenação), [Marina Gonzalez](#) (redação) e [Fernanda Campagnucci](#).

